

O FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DECISÓRIO NAS EMPRESAS

Sonaly Glena dos Santos Gonçalves

sonalyglena@yahoo.com.br

Graduando em Ciências Contábeis - UFPA

Héber Lavor Moreira

heber@peritocontador.com.br

Professor Adjunto do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Pará

Universidade Federal do Pará

Centro Sócio Econômico

Análise dos Demonstrativos Contábeis II

Matrícula: 04116001701

RESUMO

No contexto mundial, em virtude da economia, da expansão e competitividade dos mercados, verifica-se uma crescente necessidade das empresas em buscarem instrumentos que as auxiliem no planejamento e controle de seus recursos para que estes sejam usados de maneira adequada, a fim de salvaguardar a atividade operacional e alcançar o objetivo almejado pela empresa. O sucesso empresarial demanda cada vez mais o uso de práticas financeiras apropriadas. A realidade aponta para gestores sedentos por informações relevantes que irão auxiliar seu processo decisório. Assim sendo, o trabalho ora intitulado: O Fluxo de Caixa como Ferramenta no Processo Decisório nas Empresas, foi elaborado através de pesquisa bibliográfica sobre o assunto em questão, tendo como base artigos e livros. Seu objetivo principal é enfatizar a importância do demonstrativo de Fluxo de Caixa como ferramenta para os gestores obterem eficiência na administração financeira de sua empresa. Para tanto inicio ressaltando a importância do planejamento financeiro e definindo fluxo de caixa, seus objetivos, características, vantagens e desvantagens, sua relevância e utilização. E em outro momento, busco comentar os mecanismos de elaboração, importância do planejamento, informações para elaboração do fluxo de caixa e sua forma de apresentação.

Palavras – chaves: planejamento, controle, decisão.

1. INTRODUÇÃO

O referido artigo vem tratar sobre o “FLUXO DE CAIXA” como fator mais do que necessário para as empresas chegarem ao sucesso.

Fazer todos os dias a contabilidade do caixa e medir o quanto se gasta e o quanto se arrecada no período é o principal motivo para se evitar as eventuais “surpresas” financeiras.

Conceitualmente, o fluxo de caixa é o registro das despesas e receitas de uma empresa; não requer grandes recursos tecnológicos, e muito menos financeiros, logo, pode-se inferir que é uma ferramenta simples, porém sua simplicidade é diametralmente inversa à sua importância, e isso se deve ao fato de muitos empresários desconhecerem ou não darem a devida atenção ao assunto.

De um modo geral, o fluxo de caixa tem a finalidade de apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa da empresa ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras. Por meio desta demonstração é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocaram as mudanças da situação financeira da empresa, as formas de aplicação do lucro gerado pelas operações e até mesmo os motivos de eventuais quedas no capital de giro.

2. ASPECTOS GLOBAIS DO FLUXO DE CAIXA NA CONTABILIDADE

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A contabilidade é conceituada como sendo um sistema de informações e avaliação, capaz de prover seus usuários com demonstrações de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, devidamente estruturadas, tem constituído, ao longo dos tempos, ferramenta indispensável à boa gestão das entidades.

Neste sentido, as entidades sempre continuaram a demandar instrumentos mais dinâmicos, que se propusessem a acomodar fluxos completos de toda a movimentação financeira e não se limitassem a apresentar receitas e despesas exclusivamente seguindo o regime de competência. Em resposta a essa demanda surgiu o Fluxo de Fundos, diferente dos demais Demonstrativos, por se preocupar com o capital circulante líquido de curtíssimo prazo e o enfoque volta-se para o caixa propriamente dito.

Seguindo esse processo de modernização, alguns países já utilizam a DFC em substituição a DOAR. Os Estados Unidos a utiliza como Demonstração obrigatória desde 1988. No Brasil, a Lei nº 6.404/76 (que regulamenta as Normas Contábeis que devem ser observadas pelas Sociedades Anônimas) não trata a DFC como uma Demonstração obrigatória. No entanto, para o futuro alguns autores apóiam a idéia de substituição da DOAR pela DFC, pelo fato de esta ser mais facilmente compreendida e as informações sobre o fluxo financeiro podem ser visualizadas de forma mais clara, apesar da DOAR ser mais rica em detalhes.

2.2 FLUXO DE CAIXA

Iudicibus e Marion (1999, p.218) afirmam que a DFC “demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo”, sendo que o caixa engloba as contas caixa e bancos, evidenciando as entradas e saídas de valores monetários no decorrer das operações que ocorrem ao longo do tempo nas organizações.

Por sua vez, Thiesen (2000, p.10) complementa explicando que a DFC “permite mostrar, de forma direta ou mesmo indireta, as mudanças que tiveram reflexo no caixa, suas origens e aplicações”. Percebe-se que a demonstração do fluxo de caixa demonstra tanto a origem quanto à aplicação dos recursos da empresa. Ressalte-se que os recursos mencionados referem-se aos recursos em dinheiro, ou seja, aqueles que têm reflexo no caixa da empresa.

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), embora não exigida pela Lei 6.404/76, é de grande utilidade interna na entidade ou para qualquer pessoa que dela necessite. A função primordial de uma DFC é a de propiciar informações relevantes sobre as movimentações de entrada e saída de dinheiro do caixa em um determinado período ou exercício.

A DFC propicia ao gerente financeiro a elaboração de melhor planejamento financeiro, pois em uma economia tipicamente inflacionária não é recomendável excesso de caixa, mas o estritamente necessário para fazer face aos seus compromissos. Através do planejamento financeiro o gerente saberá o montante certo em que contrairá empréstimos para cobrir a insuficiência de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o excesso de dinheiro, evitando assim a corrosão inflacionária e proporcionando maior rendimento à empresa.

O fluxo de caixa é um instrumento que permite ao administrador planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros de sua empresa para um determinado período. É um instrumento que relaciona o conjunto de ingressos e desembolsos de recursos financeiros pela empresa em determinado período.

Para que o fluxo de caixa possa atingir resultados significativos para a empresa, é necessário que todos os membros e departamentos estejam envolvidos com o processo, de maneira a alcançar a sinergia e otimizar o desempenho da empresa.

Segundo Padoveze (1998, p.42), “quanto mais informação está ao nosso dispor, maiores são as chances de reduzirmos a incerteza na tomada de decisão. Assim, uma informação passa a ser válida quando sua utilização aumenta a capacidade decisória, diminuindo a incerteza do gestor no ato da decisão”. Contudo, é necessário conjugar o custo para obter as informações, uma vez que este deve ser sempre menor que o benefício gerado pela decisão baseada nessas informações.

2.3 CONCEITO

A partir do conceito de administração financeira, pode-se dizer que o fluxo de caixa é um dos instrumentos mais utilizados pelo administrador financeiro na gestão empresarial. A administração financeira é a arte e a ciência de administrar os recursos financeiros para maximizar a riqueza dos acionistas (LEMES, RIGO, CHEROBIM, 2002). Dessa forma, pode-se dizer que em todas as empresas deveria existir o controle rígido de caixa.

2.4 OBJETIVOS

O principal objetivo do fluxo de caixa é prever os ingressos e saídas de dinheiro num espaço de tempo futuro, evitando que a empresa seja tomada de surpresa com um déficit de liquidez para honrar seus compromissos. É um instrumento que possibilita aos administradores contornarem tais situações com razoável antecedência, fornecendo informações que facilitam tomada de decisões, objetivando as melhores oportunidades do mercado sem prejudicar o capital de giro da empresa. Outros objetivos são relacionados conforme segue:

- Proporcionar o levantamento de recursos financeiros necessários para operações econômico-financeiras da empresa;
- Utilizar a melhor forma possível os recursos financeiros disponíveis na empresa para que não fiquem ociosos, estudando antecipadamente a melhor aplicação, o tempo e a segurança dos mesmos;
- Conhecer as obrigações da empresa e os períodos de vencimento;
- Analisar as fontes de crédito que proporcionam empréstimos menos onerosos, em caso de necessidade de recursos pela empresa;
- Desenvolver o controle dos saldos da Caixa e dos créditos a receber pela empresa;
- Buscar o perfeito equilíbrio entre ingressos e desembolsos de caixa da empresa.

2.5 A RELEVÂNCIA E UTILIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

O Fluxo de Caixa é de fundamental importância para as empresas, pois constitui peça indispensável de sinalização para os rumos financeiros de uma organização. Evitar falta de recursos e conseqüente crise de liquidez nas empresas ou, através do seu conhecimento, de forma antecipada, minimizar seus efeitos, representa uma das principais funções do fluxo de caixa.

“Há tempos se sabe que uma empresa pode operar sem lucros por muitos anos, desde que tenha um fluxo de caixa adequado. O oposto não é verdade” (DRUCKER, 1992.p.174).

Através de uma adequada gestão de caixa, a empresa pode reduzir, substancialmente, as necessidades de capital de giro, proporcionando maiores lucros em função, principalmente, da redução das despesas financeiras. Daí a importância da revisão e análise criteriosa do fluxo de caixa, pois só assim a empresa poderá aferir os resultados alcançados.

De nada adianta efetuar projeções de fluxo de caixa, se o mesmo não for utilizado como ferramenta básica no processo decisório. A projeção das necessidades futuras indicará escassez ou excesso de recursos em determinado período e a avaliação desses resultados, permitirá que as empresas tomem as providências em tempo hábil e projete seu fluxo de caixa em função das novas situações.

2.6 A IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA

“O fluxo de caixa é um instrumento que permite ao administrador financeiro: planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros de sua empresa num determinado período” (ZDANOWICZ, 1995, p. 21).

O Fluxo de Caixa constitui ferramenta de fundamental importância para a boa administração e avaliação das organizações. A sua adoção possibilita uma boa gestão dos recursos financeiros, evitando situações de insolvência ou falta de liquidez que representa sérias ameaças à continuidade das organizações.

É o Fluxo de Caixa que viabiliza a avaliação da capacidade do capital de giro da empresa ou a identificação da necessidade de cobertura de eventuais situações de déficits, além de orientar as aplicações dos seus excedentes de caixa. Desta forma, a boa utilização da ferramenta Fluxo de Caixa também possibilita o conhecimento do grau de independência financeira da organização, com base na avaliação do seu potencial para geração de recursos no futuro, para saldar seus compromissos e para pagar a remuneração dos seus empreendedores.

Qualquer que seja a empresa, independente de seu tamanho, ela é movida à caixa e não a lucros. Você não pode pagar contas com lucros, somente com caixa. E quando alguém lhe pergunta “você tem conseguido obter algum lucro?”, o que ele provavelmente quer saber é se você obteve caixa. Não importa o campo de atuação de sua empresa no final, você precisa ter suficiente dinheiro para pagar suas obrigações ou você estará fora do negócio.

Uma boa administração necessita de informações para que a atividade da empresa flua de maneira a atingir seu objetivo final que é o lucro. Contanto que as informações sejam reais e representem a situação da empresa no momento em que são levantadas, o administrador possui uma ferramenta importante em seu trabalho.

Mesmo entre os fluxos de caixa pode-se observar que, enquanto o fluxo de caixa histórico limita-se a explicar o passado, o fluxo de caixa projetado lança-se à frente procurando estabelecer o futuro.

3. A UTILIZAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NAS EMPRESAS

3.1 FLUXO DE CAIXA HISTÓRICO X PROJETADO

Existem duas formas para tratamento das informações relativas ao Fluxo de Caixa: a primeira forma refere-se ao fluxo de caixa histórico, que apresenta o desempenho do passado; e a segunda ao fluxo de caixa projetado, que procura antever as situações relacionadas ao caixa das organizações.

O fluxo de caixa histórico ou Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) coloca-se como instrumento complementar às demais demonstrações contábeis, especialmente ao balanço patrimonial e à demonstração de resultado do exercício. Procura esclarecer e historiar as atividades operacionais de investimento e de financiamento, estabelece o rastreamento da atividade passada com vistas a elucidar pontos críticos no desempenho financeiro das organizações, fornecendo subsídios para a tomada de decisões, correção de rumos e incrementos de resultados.

Sua análise permite avaliar a forma como o recurso de cada fonte vem sendo aplicado e proporciona uma visão acerca do crescimento da organização. Também, aliado aos outros indicadores, serve como base para a construção do Fluxo de Caixa Projetado.

O Fluxo de Caixa Projetado, ou orçamento de caixa antecipa situações futuras de caixa, antevendo pontos críticos que poderão ser antecipadamente tratados ou situações de excesso de caixa que podem ensejar decisões de redirecionamento de recursos.

Construído a partir de critérios previamente definidos, aliado às informações disponíveis nas organizações e com o auxílio de modelos matemáticos e estatísticos, essas previsões não estão isentas dos efeitos da subjetividade, sendo, portanto de extrema importância a observação do princípio da prudência por ocasião de sua elaboração.

A importância de um e de outro é relativa e poderá ser maior ou menor dependendo do momento e da utilização que se deseje dar. Se a antevisão do futuro possibilita agilidade na adaptação às situações novas, o conhecimento do passado e sua comparação ao planejado se constitui em elemento aferido dos critérios utilizados para as projeções. Assim sendo, essa facilidade de projetar uma situação financeira futura é que faz do fluxo de caixa uma poderosa ferramenta para os gestores, na medida em que suas ações poderão ser redirecionadas, dependendo do saldo disponível projetado, segundo o foco definido pela administração superior. O conhecimento com antecedência, de uma situação negativa no fluxo de caixa

projetado possibilita a discussão prévia do problema, sob a ótica do raciocínio sistêmico, para a adoção das medidas definitivas para saná-lo.

3.2 ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Para uma perfeita análise das informações, o Fluxo de Caixa de uma organização deve apresentar uma estrutura do determinado grau de detalhamento, para que o administrador possa analisar, entender e decidir adequadamente sobre a liquidez.

Assaf Neto e Silva (1997, p. 38) explicam que o fluxo de caixa, de maneira ampla, “é um processo pelo qual a empresa gera e aplica seus recursos de caixa determinados pelas várias atividades desenvolvidas”, onde as atividades da empresa dividem-se em operacionais, de investimentos e de financiamento.

Atividade Operacional representa todos os gastos relacionados com a produção e comercialização dos bens e serviços da empresa. Deve conter como entradas o recebimento das vendas dos produtos e serviços gerados e comercializados; e como saídas os elementos que estão ligados à produção, administração e comercialização de tais produtos. É a categoria mais importante, porque mostra o caixa proveniente das operações das empresas. Essa fonte de caixa é geralmente considerada a melhor medida da capacidade da empresa de gerar caixa suficiente para continuar em funcionamento. Ex:

- Numerários recebidos de: clientes por venda de serviços; subsidiárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, por recebimento de dividendos; devedores por juros de empréstimos e quaisquer outros reembolsos recebidos de fornecedores; companhia de seguros, restituição de imposto, etc.
- Numerários pagos a: fornecedores; empregados; credores por juros de empréstimos e quaisquer outros pagamentos por processos, reembolso a clientes, impostos e contribuições governamentais, etc.

Atividade de Investimentos envolve a aquisição e venda de ativos que serão utilizados na produção de bens ou serviços, a concessão e o recebimento de empréstimos, as movimentações relativas às aplicações financeiras e as participações em outras sociedades.

- Numerários recebidos por: vendas de ativos permanentes, distribuição de lucros/dividendos de outras investidas.
- Numerários pagos por: aquisição de ativos permanentes.

Atividade de Financiamento equaliza o somatório dos demais fluxos: No caso de sobras dos recursos, existe saída para aplicação; no caso de falta de caixa, existe o resgate de investimento ou mesmo captação de recursos.

- Numerários recebidos por: integralização de ações; colocação de títulos a longo prazo (debêntures e equivalentes), obtenção de empréstimos a longo prazo.
- Numerários pagos a: acionistas por dividendos ou reembolso de capital; credores de obrigação a longo prazo.

4. MÉTODOS PARA ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

4.1 MÉTODO DIRETO

O Método Direto consiste em classificar os recebimentos e pagamentos de uma empresa utilizando as partidas dobradas. A vantagem deste método é que gerar as informações com base em critérios técnicos, eliminando, portanto, qualquer interferência de legislação fiscal. Este caracteriza - se por apresentar os componentes dos fluxos por seus valores brutos, ao menos para os itens mais significativos dos recebimentos e dos pagamentos, tornando-se mais informativo, pela clareza com que revela as informações do caixa.

4.2 MÉTODO INDIRETO

É o método em que as empresas ao decidirem não mostrar os recebimentos e pagamentos operacionais deverão relatar à mesma importância do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais indiretamente, ajustando o lucro líquido par reconciliá-lo ao fluxo de caixa das atividades operacionais eliminando os efeitos de todos os deferimentos e pagamentos operacionais passados e de todas as provisões de recebimentos e pagamentos operacionais futuros e de todos os itens que são incluídos no lucro líquido que não afetam recebimentos e pagamentos operacionais

4.3 FORMAS DE APRESENTAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

1. Ingressos (entradas de recursos)

Recebimento de clientes

(+) Recebimento de empréstimos de curto prazo

(+) Dividendos recebidos de investimentos avaliados pelo custo

- (-) Pagamento de fornecedores
- (-) Impostos e contribuições pagos
- (-) Pagamento de despesas operacionais, inclusive despesas antecipadas
- (=) Recursos derivados das Operações
- (+) recebimento por venda de bens permanentes
- (+) Resgate de aplicações temporárias
- (+) Ingressos de novos empréstimos
- (+) Integralização de capital
- (+) Resgate de depósitos judiciais
- (+) Ingressos de outros recursos
- (=) **Total das entradas de recursos**

2. Aplicações de recursos

Pagamento de dividendos

Aquisição de participações societárias

Aplicações no AP (imobilizado e diferido)

Pagamento de empréstimos a longo prazo

Outros pagamentos

3. Variação líquida do disponível (1-2)

4. (+) Saldo inicial do disponível

5. (=) Saldo final do disponível (3+4)

Figura 1 – Apresentação do Método Direto

I – Origem dos Recursos

1º) Das Operações

- (±) Resultado Líquido do Exercício
- (±) Ajustes
- (=) Resultado Líquido Ajustado
- (+) Aumentos Líquidos nas contas do passivo Circulante

<p>(-) Aumentos Líquidos nas contas do Ativo Circulante</p> <p>2º) Dos Proprietários</p> <p>(+) Realização do Capital Social e contribuições para Reserva de Capital</p> <p>3º) De Terceiros</p> <p>(+) redução de Bens e Direitos do Ativo Realizável a Longo Prazo (ARLP)</p> <p>(+) Valor de alienação de Bens ou Direitos do Ativo Permanente (AP)</p> <p>(+) Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo (PELP)</p> <p>II – Aplicação dos Recursos</p> <p>a) Dividendos pagos, creditados ou propostos</p> <p>b) Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo (ARLP)</p> <p>c) Aquisição de Bens e Direitos do Ativo permanente (AP)</p> <p>d) Redução do Passivo Exigível a longo Prazo (PELP)</p> <p>III – Variação Líquida do Disponível (I-II)</p> <p>IV – Saldo Inicial do Disponível</p> <p>V – Saldo Final do Disponível (III-IV)</p>
--

Figura 2- Apresentação do Método Indireto

5. DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (DOAR)

5.1 OBJETIVO

A DOAR tem por objetivo apresentar as informações relativas às operações de financiamento e investimentos da empresa durante o exercício e evidenciar as alterações na posição financeira desta. Os financiamentos estão representados pelas origens de recursos e os investimentos pelas aplicações de recursos.

5.2 ELABORAÇÃO DA DOAR

Primeiro separa-se o circulante do não circulante. Dessa maneira pode-se calcular o Capital Circulante Líquido (CCL) subtraindo do ativo circulante e passivo circulante. Depois analisa-se a conta do não circulante que interfere no CCL. A técnica consiste em comparar o saldo do exercício anterior com o saldo do exercício atual das contas do não circulante.

A DOAR origina-se de operações normais (lucro ou prejuízo obtido), dos acionistas (com novas integralizações de capital ou empréstimos de longo prazo à pessoa jurídica), e de terceiros (bancos, financeiras, pessoas que compram os bens do permanente).

A DOAR é introduzida a partir da Lei das Sociedades por Ações (1976). A sua análise nos permite identificar quais os tipos de fontes de recursos que alimentam a empresa; qual fonte tem uma participação maior; qual o destino que a administração da empresa está dando para os recursos; qual o nível de imobilização e de não-imobilização da empresa; qual é o nível de investimentos em outras atividades (não operacional), etc.

5.3 MODELO DA DOAR

I – ORIGENS DE RECURSOS

1º Das Operações

- (±) Resultado Líquido do Exercício
- (+) Despesas de Depreciação, Amortização e Exaustão
- (+) Perda por Equivalência Patrimonial
- (+) Prejuízo na Venda de Bens e Direitos do Ativo Permanente (AP)
- (+) Recebimentos no período classificados como REF (Resultados de Exercício Futuros)
- (-) Ganhos por Equivalência Patrimonial
- (-) Lucro na Venda de Bens e Direitos do Ativo Permanente (AP)
- (-) Transferência de REF para o resultado do exercício
- (±) Ajustes de Exercícios Anteriores
- (±) Outras despesas e receitas que não afetam o Capital Circulante Líquido

2º Dos Proprietários

- (+) Realização do Capital Social e contribuições para reserva de Capital

3º De Terceiros

- (+) Redução de Bens e Direitos do Ativo Realizável a Longo Prazo (ARLP)

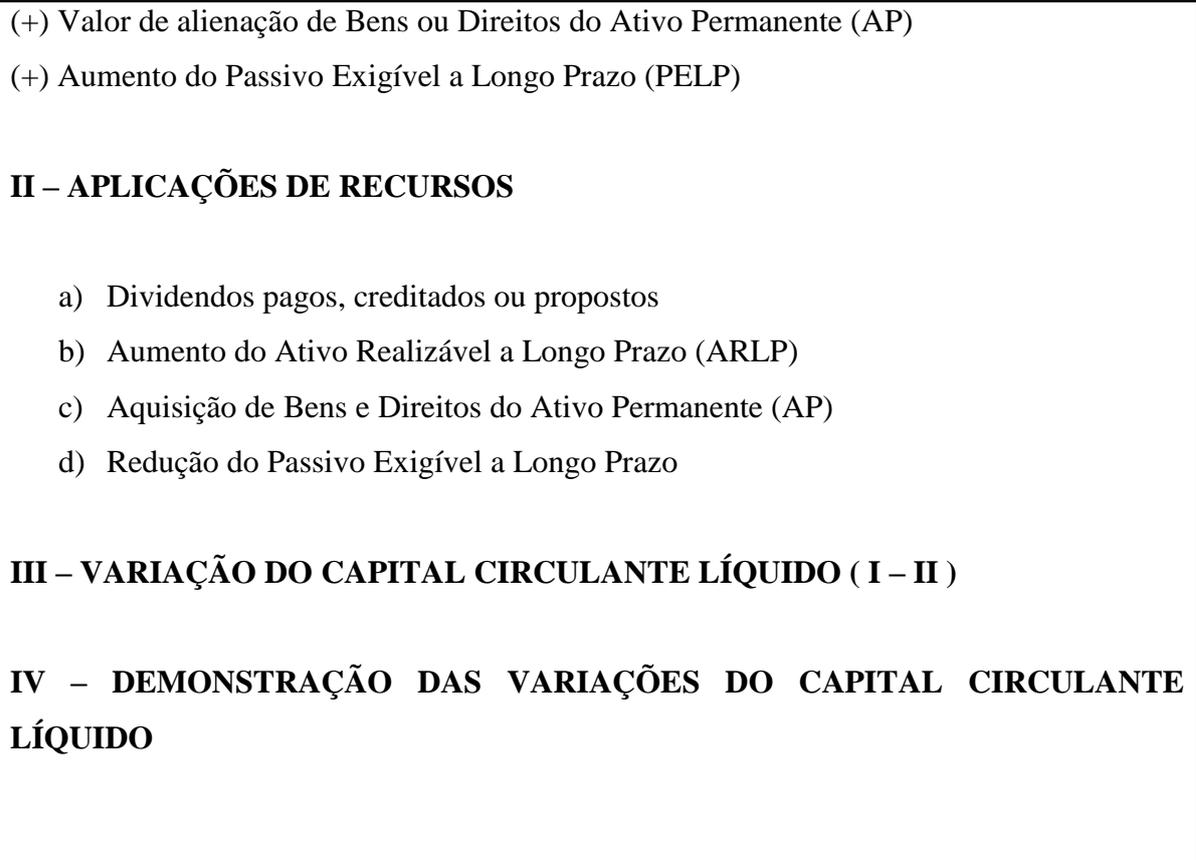


Figura 3 – Estrutura da DOAR

6. O FLUXO DE CAIXA, A DOAR E OS USUÁRIOS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Existe atualmente uma grande divergência entre correntes de estudiosos, no que tange à utilização da demonstração do fluxo de caixa (DFC), ou da demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR), enquanto fonte de informações mais úteis ao processo de tomada de decisão pelos diversos tipos de usuários da contabilidade. (EPSTEIN, 1992, p.53). Algumas das principais vantagens e desvantagens, de cada tipo de demonstrativo, consideradas por estas correntes são:

Vantagem da DOAR

- Possibilitar um melhor conhecimento da política de investimento e de financiamento da empresa;

- Ser mais abrangente que o fluxo de caixa, por representar completamente as mudanças na posição financeira;
- Possuir capacidade analítica de longo prazo.

Desvantagem da DOAR

- A falta de utilidade da DOAR parece estar ligada ao seu não entendimento;
- Trabalhar com o conceito abstrato de capital circulante líquido ou de folga financeira de curto prazo;
- A DOAR não é essencialmente financeira, pois considera o ativo circulante em seu todo, incluindo ativos monetários e não monetários.

Vantagens da DFC

- Mostrar a real condição de pagamento das dívidas;
- Facilidade de entendimento pelos diversos tipos de usuários;
- A análise dos fluxos de caixa passados evidenciam informações relevantes sobre os fluxos de caixa futuros.

Desvantagens da DFC

- Falta de consenso sobre qual conceito de caixa utilizar (caixa, bancos e títulos de curto prazo ou só caixa e bancos);
- Junção do fluxo de dividendos recebidos com o fluxo da atividade operacional, e os juros pagos e recebidos referentes ao capital de giro são definidos como sendo parte do fluxo de caixa operacional, o que distorce a relação de caixa pelas operações;
- Possibilidade de manipulação de pagamentos e recebimentos visando melhorar seus fluxos de caixa em um período específico.

Pode-se constatar que a DFC é considerada de mais fácil entendimento do que a DOAR e, conseqüentemente, verifica-se um aumento crescente de sua participação enquanto ferramenta auxiliar no processo de tomada de decisão. A DFC, em princípio fornece melhores

subsídios para as decisões de investimento, haja vista que sinaliza de modo mais claro e objetivo a situação de liquidez e solvência da empresa.

Não posso deixar de frisar que apesar da DFC e DOAR objetivarem informar sobre a liquidez e solvência (situação financeira) das empresas, ambas surgiram em momentos específicos para atender as necessidades que se apresentavam e que precisavam ser supridas. Portanto, acreditamos que o que determina a “maior utilidade” de um determinado demonstrativo é a capacidade dos usuários de extraírem as informações de que necessitam, ficando ao seu critério eleger aquele que lhes possibilite um melhor entendimento.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças sócio-econômicas, pelas quais as organizações têm passado, levam o profissional de contabilidade a buscar uma evolução contínua quanto ao desempenho de seu papel de provedor de informações úteis ao processo de tomada de decisões pelos gestores. Nesse sentido, surge a necessidade de uma avaliação sobre se as demonstrações contábeis geradas pela Contabilidade, isto é, se suprem a necessidade informacional dos usuários, tanto internos quanto externos.

Objetivou-se com este artigo esclarecer o que é a Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, qual a sua estrutura e o que consta neste relatório, bem como compará-la com a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR, apresentando vantagens e desvantagens no que diz respeito ao seu uso.

O presente artigo abordou a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos devido o debate existente quanto à substituição desta pela Demonstração do Fluxo de Caixa, que resultou em um anteprojeto de reformulação da Lei 6.404/76, o qual encontra-se em discussão nos órgão competentes.

Verificou-se que ambas as demonstrações possuem vantagens e desvantagens em relação ao seu uso no processo de gestão empresarial, enquanto relatórios contábeis - financeiros. Contudo, a incursão teórica realizada mostrou que estas demonstrações se complementam, visto que o que é apontado como negativo em uma, é indicado como positivo na outra.

Diante do exposto, a análise conjunta da DOAR, da DFC e das demais demonstrações contábeis, permite avaliações e ações mais bem fundamentadas e completas sobre as

organizações, especialmente em relação a otimização de seus recursos econômico - financeiros.

Portanto, faz-se importante dar continuidade a esta discussão, independente do que será definido em lei, com o intuito de aprimorar o desempenho do profissional da área contábil em relação a sua função de provedor de informações úteis dentro das organizações.

Tal evidencia a necessidade de evolução e aprimoramento contínuo dos profissionais da área contábil, o que implica, não raras vezes, em esforço e jornada dupla de trabalho. No entanto, não se pode perder de vista o objetivo primário da contabilidade e o espaço hoje disponível no mercado para profissionais que buscam atualização contínua na sua área de atuação, além da formação geral enquanto indivíduo social.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

DRUCKER, Peter, Ademar. **Administrando para o futuro**. São Paulo: pioneira, 1992.

EPSTEIN, Marc J., PAVA, Moses L. **How useful is the Statement of Cash Flow?** Management Accounting, Boston, 1992.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NEVES, das Silvério e VICENCONTI, E.V. Paulo. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Editora Frase Ltda, 1998.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Sistemas de Informações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 1988.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros**. 5. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1995.